

Supremo valida contrato para construção do BRT-ABC

Supremo valida contrato para construção do BRT-ABC

Por 8 a 3, STF aprova tese que aponta legalidade no acordo com Next Mobilidade para instalação do modal com contrapartida do vínculo do Corredor ABD

RAPHAEL ROCHA
rap@g1.com.br

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou a alternativa administrativa encontrada pelo governo do Estado para construção do BRT-ABC. Em julgamento virtual, o Supremo registrou maioria para rejeitar pedido para cancelar os decretos que autorizaram a construção — os votos mais recentes foram dos ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Cristiano Zanin.

O pleitear de 8 a 3 já derrubou a tese do partido Solidariedade, que ingressou com ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) questionando a decisão, em 2019, de o Estado de São Paulo conceder à Next Mobilidade a execução da obra e, em troca, estender por mais 25 anos o vínculo que a empresa possui para gerenciar o Corredor ABD (do milhão mais a Área 5 da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos).



STF. Somente três ministros condenaram decisão administrativa do Estado para as obras do BRT-ABC

Provisou o encaminhamento dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, que apontaram como válidos os decretos que viabilizaram o acordo administrativo para o andamento da obra

de R\$ 970 milhões para construção do BRT-ABC, um corredor exclusivo de ônibus de alta velocidade. Além de Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Fux, votaram pela legalidade dos

atos administrativos dos ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Barroso e Zanin. A relatoria do processo, ministra Cármen Lúcia, indicou irregularidades no trâmite — tese acompanhada

por Rosa Weber e Edison Fachin. O entrelaçamento de Cármen Lúcia foi votado vencido na Suprema Corte.

O BRT-ABC foi anunciado pelo governo do Estado, em 2019, como alternativa à Linha 18-Renfe do Metrô, via monotrilho, sob alegação de requisição financeira nas contas do Palácio dos Bandeirantes — a Linha 18-Renfe-iris consistir mais de R\$ 10 bilhões, na ordem do governo, enquanto o BRT-ABC demandaria R\$ 970 milhões.

Como o contrato com a Vem ABC, consórcio vencedor da licitação para a Linha 18, foi encerrado, o Estado decidiu, em dois decretos, dar uma solução administrativa sem a necessidade de abertura de licitação. Ofereceu à Next Mobilidade o direito de executar a obra e, em troca, estendeu o acordo para operar o Corredor ABD de trilhos (do saguão até São Mateus, custurando o Grande ABC) e concedeu à

empresa a exploração da Área 5 da EMTU, os ônibus metropolitanos.

As obras para a construção do BRT-ABC já começaram — pelo Centro de São Bernardo —, na Avenida Aldino Pinotti. As intervenções chegaram à Avenida Lauro Gomes. A expectativa é a de que o modal seja entregue em 2024 e seja mais uma conexão da região com a rede metropolitana da Capital, pela Linha 2-Verde, pelas estações Sacomã e Tamanduaçu.

Até todo, o Grande ABC será contemplado com estações em São Bernardo (Metrópole, Aldino Pinotti, Abelardo Ribeiro, Afonsina, Rudge Ramos, Senador Vergueiro, Winston Churchill e Vila Wladimir), em Santo André (Fundação do ABC) e São Caetano (Instituto Mauá, Vila Imperio, Jardim São Caetano, Estrada das Lágrimas, Cerâmica, CEL Meninos, Góssio e Almirante Delamare). O traçado completo terá 18 quilômetros.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3